

**ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA,
DE 30 DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZ**

----- Aos **trinta** dias do mês de **Junho** de **dois mil e dez**, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a **Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda**, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**: -----

----- **1 – TOMADA DE POSSE**: -----

-----**1.1 – Tomada de Posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança**; -----

----- **2- DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE ACTA**: -----

----- **2.1 – Acta da 2ª. Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de Abril e 03 de Maio de 2010**; -----

----- **3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **4.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA** acerca da actividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto nos artigos nºs 53º n.º 1, alínea e) e 68.º n.º 4, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **4.2 – Discussão e Votação da Adesão do Município à Associação da Rota da Bairrada**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 2, do artigo .53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **4.3 – Discussão e Votação da Alteração do Regulamento do Programa Águeda Solidária**; nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artigo .53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de

11 de Janeiro; -----

----- **4.4 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda do Regulamento de Gestão do Parque Habitacional**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artigo nº 53, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **4.5 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda de Alteração do Empréstimo celebrado com o Banco B.P.I., S.A.,** nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea d), do nº 2, do artigo nº 53, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **4.6 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda sobre a Concessão da Cantina Municipal**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea q), do nº 2, do artigo nº 53, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- A Sessão foi Presidida pelo Senhor Engenheiro **ANTÓNIO CELESTINO PEREIRA DE ALMEIDA**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e Secretariada pelas Senhoras **Marlene Domingues Gaio** e **Carla Eliana da Costa Tavares**. -----

-----Tendo sido constituída a **Mesa** e verificada a existência de quórum, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, declarou aberta a **Primeira Sessão Ordinária**, pelas vinte e uma horas, tendo cumprimentado os Senhores Deputados da Assembleia Municipal; o Executivo; a Comunicação Social e o Público presente. -----

----- **À Sessão Ordinária compareceram os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:**

----- António Celestino Pereira de Almeida - PS; -----

----- Nair Barreto de Carvalho Alves da Silva - PSD; -----

----- José Carlos Raposo Marques Vidal - PS; -----

----- Manuel Antunes de Almeida - PSD; -----

----- Dália Maria Silva Santos Costa - PS; -----

----- Carlos Alberto Baptista Guerra – PS; -----

----- Paulo Manuel Matos Soares - PSD; -----

----- Daniela Carina Alves Mendes – PS; -----

----- Joana Cristina Correia dos Santos – PSD; -----

- António Manuel Fernandes Martins – CDS/PP; -----
- Tiago André da Costa Soares - PS; -----
- Hilário Manuel Ferreira dos Santos - PSD; -----
- Manuel Augusto de Almeida Farias – PS; -----
- Elisa Maria Pires de Almeida - PS; -----
- António Manuel de Almeida Tondela - PSD; -----
- Carla Eliana da Costa Tavares - PS; -----
- Marlene Domingues Gaio - PSD; -----
- José Manuel Gomes de Oliveira - PSD; -----
- Alexandre Pires Duarte - PS; -----
- Eunice Pereira dos Santos Neto – CDS-PP; -----
- Francisco Rogério Martinho Estrela – PS. -----
- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia (PJF):** -----
- António Farias dos Santos – PSD – PFJ de Agadão; -----
- Rui Pedro Pinho Carvalho – II-Ind. – PFJ de Aguada de Baixo; -----
- Heitor Pereira Abrantes Garruço – PSD – PFJ de Aguada de Cima; -----
- Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PS – PFJ de Águeda; -----
- Wilson José de Oliveira Dias Gaio – PSD - PFJ de Barrô; -----
- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PSD - PFJ de Belazaima-do-Chão; -----
- Jorge da Silva Mendes – PS - PFJ da Borralha; -----
- Victor Manuel Abrantes Silva – PSD - PFJ de Castanheira do Vouga; -----
- Manuel de Almeida Campos – Lista do Progresso - PFJ de Espinhel; -----
- Carlos Guilherme da Silva Nolasco – PSD - PFJ de Fermentelos; -----
- Alcides de Jesus – PSD - PFJ de Lamas do Vouga; -----
- Pedro Daniel Henrique Rodrigues – Plenário - PFJ de Macieira de Alcoba; -----
- Armando Paulo Almeida Galhano – PSD - PFJ de Macinhata do Vouga; -----
- Fernando Tavares Pires – PSD - PFJ de Óis da Ribeira; -----
- Pedro António Machado Vidal – CDS-PP - PFJ do Préstimo; -----
- Pedro Alexandre Almeida Gomes – PSD - PFJ de Recardães; -----

----- Manuel de Oliveira Duarte – CDS/PP - PFJ de Segadães; -----

----- Mário Ramos Martins – PS - PFJ de Travassô; -----

----- Carlos Alberto Ferreira da Silva – CDS/PP - PFJ de Trofa; -----

----- **Não compareceu à Sessão, tendo apresentado justificação, o Senhor Deputado:** -----

----- Carlos Alberto Carneiro Pereira – PSD - PFJ de Valongo do Vouga. -----

----- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Elementos:** -----

----- Gil Nadais Resende da Fonseca – Presidente - PS ; -----

----- Jorge Henrique Fernandes Almeida – Vereador e Vice-Presidente - PS; -----

----- Elsa Margarida de Melo Corga – Vereadora - PS; -----

----- Carla Jacinta Garruço de Almeida – Vereadora - PSD; -----

----- João Carlos Gomes Clemente – Vereador - PS; -----

----- Brito António Rodrigues Salvador – Vereador - PSD -----

----- Manuel Correia Marques – PSD – Vereador -----

----- **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA** -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** procedeu à leitura da correspondência a si dirigida: -----

----- Da **Associação Nacional de Municípios Portugueses:** -----

----- “O Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANM), órgão máximo entre Congressos, em reunião hoje realizada, analisou um conjunto de temas que se colocam aos municípios, e que se constituem como problemas que os afectam já ou que os irão atingir inevitavelmente. -----

----- Várias são as questões levantadas e que se prendem com a salvaguarda da dignidade dos municípios e com a preservação da sua autonomia constitucionalmente assegurada. -----

----- Desde logo, a importante problemática decorrente da Proposta de Lei nº 26/XI, que visa aprovar conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), que se constitui em preocupação fundamental para os municípios portugueses. -----

----- Temos o prazer de enviar a V. Exa., para conhecimento, a Resolução aprovada pelo Conselho Geral, referindo que a ANMP efectuou já diligências no sentido de reunir com Sua

Excelência o Primeiro-Ministro e com os Grupos Parlamentares da Assembleia da República. Paralelamente, solicitou-se a Sua Excelência o Presidente da República que possa equacionar a possibilidade de verificação da constitucionalidade da proposta de lei, quando a mesma lhe for remetida pela Assembleia da República para promulgação. -----

----- Com os melhores cumprimentos.” -----

----- De **Margarida Nogueira Brenha:** -----

----- “Assunto: Pedido de renúncia de Deputada da Assembleia Municipal de Águeda.-----

----- Eu, Margarida Nogueira Brenha, portadora do Bilhete de Identidade nº 1591787, emitido a 26.11.2005, em Lisboa, residente da Rua da Liberdade nº 69, Mourisca do Vouga, freguesia da Trofa, Concelho de Águeda, venho por este meio comunicar Vossa Excelência da pretensão de renunciar ao mandato de Deputada da Assembleia Municipal de Águeda do Grupo Parlamentar do PS (Partido Socialista), por motivos de ordem pessoal. -----

----- Mais informo que gostaria que a decisão de renúncia ao mandato fosse considerada a partir do dia de hoje, 18 de Junho de 2010. -----

----- Despeço-me agradecendo ao Grupo Parlamentar do PS toda a colaboração prestada e desejo a todos os membros da Assembleia Municipal de Águeda os maiores sucessos e votos de bom trabalho, para o sucesso de Águeda. -----

----- Atenciosamente.” -----

----- De acordo com o Regimento foi convocada para sua substituição, Dália Maria Silva Santos Costa – PS, que após a verificação da sua identidade e legitimidade tomou posse nesta Assembleia Municipal. -----

----- De **Carlos Alberto Carneiro Pereira – PJF de Valongo do Vouga:** -----

----- “Assunto: Pedido de Justificação de Falta. -----

----- Venho por este meio, informar V. Exa. de que, por motivos de saúde, não me é possível estar presente na Assembleia Municipal de Águeda agendada para hoje. -----

----- Desta forma, e esperando a justificação da respectiva falta, face ao exposto, -----

----- Subscrevo-me, -----

----- Com os melhores cumprimentos.” -----

----- **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA** -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, informou que foi

expedida correspondência para o Engenheiro Hilário Santos do Grupo Municipal do PSD, pela Secretaria da Mesa Municipal com o seguinte texto que passo a ler: -----

----- “Por incumbência do Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal de Águeda, Engenheiro Celestino de Almeida, em resposta aos e-mails recebidos em 22 de Abril e 14 de Junho de 2010, tenho o prazer de enviar a V. Exa. a resposta proferida pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Águeda, Doutor Gil Nadais, relativamente ao pedido de documentação enviada ao IGAL, na sequência da proposta enviada no ponto um – Análise e discussão de pagamentos ou transferências indevidas a funcionários da Autarquia da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda, realizada em 24 de Março de 2020. “ -----

----- **TOMADA DE POSSE:** -----

----- **1.1 – Tomada de Posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança;** -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia procedeu ao Acto de Tomada de Posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança, que foram empossados, após ter sido feito o juramento legal colectivo. -----

----- **DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE ACTA** -----

----- De seguida, o Senhor Presidente de Mesa da Assembleia, passou à discussão e aprovação das Actas: -----

----- **2.1 – Acta da 2ª. Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de Abril e 03 de Maio de 2010;** -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto, o Senhor Presidente da Mesa, colocou-a a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por Maioria, deliberou aprovar o texto da Acta da 2ª. Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de Abril e 03 de Maio de 2010. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou ao **Período de Intervenção do Público**, informando que a Mesa, para o efeito, não tinha recebido qualquer inscrição para intervir. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu início ao Período de Intervenções Antes da Ordem do Dia, concedendo a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**

Municipal de Águeda, que concluiu o que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Faço uma curta intervenção para dizer que há algum tempo a esta parte que Águeda tem sido invadida por cartas anónimas que visam denegrir a minha pessoa e a minha gestão da Câmara Municipal. Quero afirmá-lo e dizê-lo com todas as letras que o anonimato é a arma dos cobardes, porque quem não é covarde chega aos sítios próprios, põe as questões e se não é respondido, então segue os seus meios legais, há meios para responder. Mas, aquilo que decidiram ultimamente foi entrarem na calúnia e na calúnia eu não entro. -----

----- Eu tenho sempre pautado a minha actuação pela transparência e a transparência dos actos da Câmara que são feitos de duas formas: estão na vortal o que são concursos e os outros no vortalGOV onde estão todos os procedimentos feitos pela Câmara. As questões que são colocadas à Autarquia são respondidas no mais curto espaço de tempo possível. -----

----- Posso dizer que recebemos às vinte e duas horas e cinquenta e nove minutos de ontem, um e-mail do Grupo Parlamentar do PSD, que face ao teor das questões colocadas, eu só tinha duas hipóteses, ou vinha para aqui e diziam-me que eu não tinha hipótese de responder ou parava os Serviços para responder ao e-mail do PSD a tempo desta reunião e aquilo que eu fiz foi parar os Serviços, as respostas às questões estão ali todas, estão todos os documentos, porque quem não deve não teme. -----

----- Eu também queria dizer aqui outra coisa, acho que quem tem dúvidas colocá-las directamente e tenho de enaltecer aqui publicamente o CDS, que numa reunião que era para outros assuntos, já tinha conhecimento do documento anónimo e colocou as questões que entendia que devia colocar e que lhes foram respondidas, dentro das possibilidades que tivemos. -----

----- A respeito da carta anónima que circula, eu gostaria que todos vocês me fizessem um favor e isto para, de uma vez por todas, nós tentarmos acabar com algumas ratazanas do sistema democrático, que me enviassem os mail's através dos quais vos chegou, porque eu quero e vou participar às entidades competentes e se vocês querem ter uma sociedade e uma cidade que seja progressiva, que seja aberta, que seja transparente, vamos limpar. Façam-me chegar para gil.nadais@gmail.com todos os mail's que vocês receberam. Estamos a trabalhar na defesa da cidade, do concelho e da democracia. Quem recebeu por carta faça-me chegar isso também e digam-me também quem é que andou a distribuir pessoalmente esse documento; já tenho alguns, mas quero o máximo, porque cada um assume as suas responsabilidades. Eu, como

Presidente de Câmara, assumo as minhas e quem me difama assume as deles.” -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra aos Senhores **Deputados Municipais**, tendo sido feita a intervenção, que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos (PSD):** -----

----- “Vou começar pela parte final e pelo início da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, porque hoje está-se aqui a praticar um acto de falta de respeito completo pelos Membros da Assembleia Municipal e neste caso, pelo Líder do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, porque a uma pergunta feita, são descarregados um conjunto de papéis no chão, nesta caso aos meus pés. O que está aqui em causa é simplesmente isto Meus Senhores: Durante o mês de Junho correram dois panfletos anónimos em Águeda; um dizia respeito ao fecho das urgências do Hospital de Águeda; outro dizia respeito aos eventuais actos de má gestão desta Câmara Municipal de Águeda. -----

----- A Câmara Municipal de Águeda em relação ao panfleto anónimo que corria sobre o fecho das urgências do Hospital Distrital de Águeda, e bem do meu ponto de vista, tomou uma posição e com a qual eu concordo perfeitamente. Obviamente que também esperávamos que a Câmara Municipal tomaria uma posição também para o outro panfleto, mas não tomou. Nesse sentido, entendemos nós que desse panfleto anónimo devíamos extrair um conjunto de perguntas para sermos esclarecidos em relação a um conjunto de situações que nesse panfleto eram evocadas, até porque o panfleto parece munido de um conjunto de números e de documentos de alguém que está muito municiado de um conjunto de situações. E fizemos essa pergunta efectivamente ontem, mas em nenhum momento, dissemos ao Senhor Presidente da Câmara que tinha que responder hoje e quero-vos dizer o seguinte: Hoje é descarregado este conjunto de documentos nos meus pés, que foi uma falta de respeito completa em relação ao Líder do Grupo Municipal, porque se o Presidente da Câmara tem uma Câmara que se orgulha de ser das mais informatizadas e das mais avançadas tecnologicamente, se não nos manda documentos para nós a não ser por via electrónica, que até o Doutor Antunes de Almeida até já reclamou porque temos que tirar pilhas e mais pilhas de impressões de documentos, porque é muito mais barato mandar por via electrónica, mas agora o Senhor Presidente da Câmara teve tempo para fotocopiar os documentos e porquê? Por falta de respeito pelos Membros do PSD. Foi isto que

se pretendeu fazer neste palco e com a conivência do Senhor Presidente da Câmara como mandante e com a conivência do Senhor Presidente da Assembleia, desculpe eu dizer isto mas estamos dentro de uma Assembleia Municipal e não era permitido que isto acontecesse. Eu não vou, neste momento, questionar mais nada; a única coisa que eu vou dizer é o seguinte: Volto a pedir ao Senhor Presidente que favor que mande passar no scanner os documentos ou então, a partir de hoje, vamos começar a exigir cada um de nós todos os documentos em folha de papel. Não podemos ter aqui dois pesos e duas medidas; a não ser que se pretenda achincalhar as pessoas. Quanto às perguntas objectivas que o PSD fez, se o Senhor Presidente tiver coragem que diga se achincalham o Presidente da Câmara ou não. Não quero voltar a falar mais sobre esta matéria para ver se pomos um ponto final neste processo, porque as coisas não têm corrido muito bem. -----

----- Se esta Câmara foi rápida em responder, como disse o Senhor Presidente, tem graça que esta Assembleia Municipal aprovou no dia vinte e quatro de Março uma proposta para enviar para o IGAL e até hoje não foi dado cumprimento a essa proposta aprovada pela Assembleia Municipal. A proposta que foi aprovada nesta Assembleia Municipal diz o seguinte: "A Assembleia Municipal de Águeda propõe que toda a informação e documentação relativa aos ao assunto dos alegados pagamentos indevidos aos funcionários municipais, incluindo informação e documentação que já se encontra na posse dos responsáveis pelos Inquéritos e a acta da presente sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda, sejam enviados à IGAL. ----

----- Meus Senhores, que o PSD tenha conhecimento, até este momento, esta acta não seguiu para o IGAL; que o PSD tenha conhecimento não foi dado conhecimento ao IGAL desta Assembleia Municipal Extraordinária. Vou dar os dados que me foram entregues sobre este processo e aqui, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu tenho que lhe dizer que não posso aceitar a passividade perante um processo deste tipo. Eu vi pela informação que me enviou que pediu informação ao Senhor Presidente da Câmara, mas o Senhor responde perante a Assembleia Municipal, o Senhor é o nosso líder e a nossa função aqui é deliberativa, não é executiva; cabe-nos a nós fiscalizar o Executivo. -----

----- Tomámos uma decisão no dia vinte e quatro de Março, tinha que ser cumprida imediatamente porque no dia vinte e quatro de Março foi votada esta decisão; no dia vinte e dois de Abril foi novamente pedida por nós, via e-mail, cópia dos Inquéritos que o Senhor Presidente

falou aqui que já existiam; no dia vinte e três de Abril, segundo informa o Senhor Presidente da Câmara, chega a Inspectora a Águeda; o Senhor Presidente recebe-a. Eu estou a seguir os acontecimentos que o Senhor Presidente da Assembleia me fez chegar por via do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- No dia sete de Maio, recebo um e-mail da Secretária do Senhor Presidente da Câmara a informar que esses Inquéritos iam-me ser entregues por um motorista, com menos de duas páginas como já aqui discutimos, é duvidoso isso mas nem sequer está hoje em discussão. No doze de Maio, o Senhor Presidente manda um ofício ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a informar que tinha entregue cópia dos Inquéritos ao CDS e ao PS e a informar que tinha aberto procedimentos disciplinares. -----

----- No dia dois de Junho, o Senhor Presidente da Câmara entrega à Inspectora parte do processo e no documento que o Senhor Presidente da Câmara nos faz chegar, neste documento entregue à Inspectora no dia dois de Junho quando nós decidimos no dia vinte e quatro de Março, nada é dito sobre a existência de uma Assembleia Municipal Extraordinária convocada para debater este facto. Nada é dito sobre a proposta que foi aprovada na Assembleia Municipal Extraordinária; o Senhor Presidente achou que não era relevante escrever isto; não é dada cópia à Senhora Inspectora da acta que foi produzida por esta Assembleia. -----

----- No dia catorze de Junho, o PSD volta a informar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que estava em atraso o pedido do dia vinte e dois de Abril; pedindo de novo para enviar cópia dos documentos enviados ao IGAL. O Senhor Presidente da Câmara, dois dias após, no dia dezasseis de Junho formaliza o envio deste processo para o IGAL. -----

----- No dia 24 de Junho, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, faz-me chegar o ofício enviado pelo Senhor Presidente da Câmara em relação ao seu pedido e neste ofício nada é dito em relação à proposta que foi votada nesta Assembleia, em que esta Assembleia dizia que tinha que se mandar os documentos para o IGAL e que devia ser acompanhado de cópia desta acta e cópia da proposta. Pelas informações que me foram dadas, não consta rigorosamente nada disto. Quer dizer que desde o dia vinte e quatro de Março até agora passou muito tempo. Esta rapidez toda do Senhor Presidente que parou a Câmara; num caso que envolve trezentos e noventa mil euros de prejuízo para os cofres da Câmara Municipal não teve a mesma rapidez? O que está aqui em causa é simplesmente brincar com as pessoas, porque o Senhor Presidente

tem quinhentos funcionários para fazerem o que ele quer e nós na Assembleia Municipal estamos sozinhos e a ter que receber documentos com três dias antes. Nunca se assistiu a uma coisa deste tipo na Assembleia Municipal: deixarem-me um conjunto de documentos ao pé dos pés, é uma brincadeira. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal peço-lhe que seja enviado, o mais rapidamente possível, ao Inspector-Geral do IGAL, a cópia da acta de vinte e quatro de Março. -----

----- Agora, vamos avançar para coisas mais importantes para o Município de Águeda. A primeira palavra vai para o mini europeu de futebol 7 realizado em Águeda; grande realização a que a Câmara se associou; grande realização de Fermentelos, todos os Clubes que se associaram neste processo: ao Macinhatense; à LAAC; ao Valonguense; ao Águeda e ao Sport Fermentelos. Uma realização que Águeda tem que se orgulhar; uma realização que envolveu cerca de duas mil e quinhentos jovens dos cinco aos treze anos. -----

----- Estamos a falar de uma organização que movimentou mais de vinte mil pessoas a verem os cinco dias de jogos que nós tivemos. Estamos a falar de uma final realizada no Estádio Municipal de Águeda com uma cobertura de pessoas excelente. Senhor Presidente, é uma pena o Estádio estar abandonado. Convém que se faça alguma intervenção no Estádio, porque não sei se por via dos protocolos existentes ou por falta de existência, o Estádio parece um pouco ao abandono. -----

----- Quero dizer que foi uma excelente realização; Águeda deve se orgulhar, porque é uma organização que envolve jovens de todo o País, jovens de fora do País, com cinco ou seis Países aqui presentes que envolve inter-acção. É uma organização que em termos de custos terá andado na ordem dos oitenta mil euros e que a Câmara deu um apoio de trinta mil euros. Eu penso que seria interessante que a Câmara conseguisse ajudar mais a organização e não só o Fermentelos, mas também os outros quatro Clubes que participaram na organização. Eu fui a alguns sítios e vi os Clubes a prepararem as refeições e um conjunto de situações. Pela mobilização que teve, eu penso que estas acções devem ser muitíssimo mais apoiadas, porque são acções que levam o nome de Águeda bem longe; cativam os nossos jovens a praticar desporto; uma acção desenvolvida em cinco dias de uma elevada importância. -----

----- Portanto, parabéns a toda a organização e parabéns à Câmara por se associar neste processo e por ser um parceiro neste processo. -----

----- Queria também falar sobre a regeneração e a mobilidade urbana da cidade de Águeda. Já falei disto duas vezes nesta Assembleia Municipal e já pedi ao Senhor Presidente que fosse inserido num ponto da Assembleia Municipal, um debate sobre este tema. Eu penso que é importante debatermos este tema. O Senhor Presidente sabe que temos visões diferentes sobre questões no Centro de Águeda, mas eu não quero impor a minha posição porque não é isso que se trata, mas eu penso que Águeda deve ser mais chamada a este debate para não nos acontecer o que acontece na Rua José Sucena, que em cada mandato fazemos obras ali em baixo e isso tem que acabar definitivamente, mas não só nesta alteração mas também na questão da mobilidade urbana. -----

----- Sei que alguma coisa se anda a estudar sobre esta matéria, mas nós devemos intervir sobre isto. Hoje uma pessoa que chega ao centro de Águeda, por exemplo, para ir para a Clínica que está neste momento ao pé do Centro de Formação Profissional, como é que vai? Será que na Câmara Municipal o custo era tão elevado no sentido de pormos um autocarro de vinte lugares a fazer um trajecto interno que ligue desde a zona do campo até lá acima à zona do Centro de Formação Profissional, aos supermercados e à Clínica, para dar mobilidade interna, mesmo gratuitamente, com um trajecto que faça a ligação da parte da baixa à parte da alta, será que isso tem assim um custo tão elevado? Será que não seria uma experiência piloto? -----

----- Não estou de forma nenhuma a querer dizer-lhe como fazer as coisas. Mas eu penso que seria interessante, efectivamente, debatermos isto. Sei que o Senhor Presidente da Câmara já trouxe isto a um debate público, na sua opinião, mas um debate público com meia dúzia de pessoas, nas quais estava cá eu também. -----

----- Sobre a questão dos estacionamento, recordo-me que um ex-colega nosso da Assembleia Municipal, Doutor Alberto Marques, faz um artigo num Jornal local dizendo com alguma lógica, nós vamos intervir na Avenida Doutor Eugénio Ribeiro, na Praça Doutor António Breda e na Rua José Sucena e a Praça do Município que está completamente parada e morta há tantos anos? Será que não é uma Praça que justifica uma intervenção no centro de Águeda? Falamos da questão dos estacionamento, será que esta não pode ser utilizada como tal? Na Assembleia Municipal nós temos que discutir estas questões. -----

----- Sobre outra questão, segundo sei o Senhor Presidente teve uma reunião com o Secretário de Estado Paulo Campos, ou que era para ter no dia dezanove e que tem a ver com a ligação

Águeda à auto-estrada e ligação Aveiro; já não falo na questão da A32. Gostava que nos pudesse informar sobre que é que se tinha passado neste processo. -----

----- Em relação à questão das Escolas, gostávamos de saber neste projecto que há neste momento do Governo e que agora as Autarquias vão coordenar, segundo soubemos hoje, se alguma das Escolas de Águeda vai ser encerrada este ano; se vai alguma proposta para o próximo ano e gostávamos também de saber se o Senhor Presidente já tem alguma ideia sobre os novos projectos em termos do Ministério da Educação sobre os mega centros escolares. Basicamente parece que há aí uma grande alteração, o meu colega Tondela é que é mais especialista nesta matéria dentro do PSD. Gostávamos de saber se a Câmara já tem alguma ideia sobre esta matéria e sobre o que pretende fazer sobre isto.” -----

----- Decorridas a interpelação do Senhor Deputado, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, usou da palavra para prestar um esclarecimento, tendo completado a intervenção que se tenta transcreve na íntegra: -----

----- “ Eu quero comentar porque fiquei um bocado perturbado com a palavra “conivência” e fui à procura do artigo 54º da Lei que nos rege e aqui na competência do Presidente da Assembleia não consta nenhuma competência que tenha a ver com a utilização intencional que o Senhor Deputado quis dar quando utilizou “conivência”. Talvez o Senhor Deputado esteja enganado ou talvez eu não saiba ler a competência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que está plasmada. Evidentemente que o Presidente não tem funções executivas, não tem que pôr nada onde foi posto, não teve conhecimento; teve conhecimento de uma carta que lhe chegou via e-mail à secretaria da Mesa da Assembleia mas creia Senhor Deputado que “conivente” não fui, não sou, nem serei, não faz parte das minhas competências.” -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra aos Senhores **Deputados Municipais**, os quais fizeram as intervenções, que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- **Deputado José Carlos Raposo Marques Vidal (PS):** -----

----- “Sou Presidente da Comissão de Crianças e Jovens, um serviço onde damos importância às declarações anónimas, porque muitas vezes conseguimos através dessas declarações e cartas anónimas, descobrir situações que são realmente importantes e conseguimos resolve-las depois de uma ligeira averiguação. -----

----- Em relação ao panfleto, e-mail anónimo que anda para aí, a minha posição é sempre a mesma. Quem não teve coragem de o assinar é obviamente covarde, mas a covardia por ter muitas razões; pode ser por insuficiência de meios, pode ser por ser mesmo covarde, pode ser por não ter possibilidades de se expor. Portanto, temos que dar importância é ao conteúdo dessa carta. Em relação ao conteúdo dessa carta, duas declarações de honra e espero que o Senhores Jornalistas transcrevem. Primeira declaração de honra: “O Partido Socialista pagou com verbas do Partido todas as despesas da campanha eleitoral”; Segunda declaração de honra: “Não sou nem nunca fui sócio da Margens ou de qualquer empresa em Portugal ou no Estrangeiro”; tenho dito sem isto sempre que o caso é aqui levantado. Esta declaração de honra prende-se que na Política não vale tudo. Ou há honra ou não há; ou há carácter ou não; já aqui disse que cada um tem o seu. Eu tenho o meu e certamente que é diferente da pessoa que escreveu esta carta anónima ou daqueles que a distribuem mas cada um tem o seu carácter e assume as suas responsabilidades. -----

----- A liberdade de imprensa é um valor incalculável e tudo aquilo que os Jornais dizem deve ser considerado. O comentário aqui dirige-se a um Jornal objectivo que eu respeito e ajudei a respeitar, que é a Soberania do Povo. Quando se brinca em apanhados como se fosse com piadas com a honra das pessoas passasse do comentário, do apanhado e da brincadeira, à ofensa e à difamação torpe e à falta de coragem; vale tanto como qualquer carta anónima. O apanhado em que o Manuel São Bento se vira para mim e diz: “Então, andas às margens?” É obviamente uma insinuação torpe que eu repudio e portanto perante os Jornalistas, e neste caso perante a Soberania do Povo, repudio totalmente. Não se brinca com a honra das pessoas. -----

----- Outro comentário e aqui dirigido a uma pessoa que eu respeito, o Senhor Doutor Paulo Matos, Deputado desta Assembleia, num artigo de opinião na Soberania do Povo, o Senhor Doutor Paulo Matos entre outras coisas, utilizou abusivamente os termos da carta e do e-mail que andavam por ai de mão em mão e utilizou numa situação de coitadinho e de que espero que na minha terra nada disso se passe. Isto é, deixando no ar a dúvida, a insinuação, que não é própria do seu estatuto de pessoa que eu conheço, não é própria de um jurista e não é própria de um Político desta Assembleia. Os Deputados devem fazer como o Senhor Engenheiro Hilário disse há bocado que perante as dúvidas devem questionar, devem dar a sua opinião e devem tentar esclarecer. A Política, já o afirmei mais que uma vez, não é o problema, é sempre a

solução dos problemas. -----

----- Um comentário final em relação à carta anónima. Naquela perspectiva que eu disse que devemos todos nós olhar com atenção e neste caso de Deputados, quando aparece na sociedade de comunicação dois um boato, não se para o boato, eu costumo dizer que a forma de parar o boato é contar a toda a gente, porque se contarmos a toda a gente acaba o boato. Mas deve-se analisar aquilo que vem na carta. Naquilo que me diz respeito já respondi; naquilo que diz respeito a uma empresa que é dos meus irmãos, que são pessoas também de honra, é uma empresa de Águeda que sempre trabalhou para esta Autarquia, mesmo no tempo do PSD e nessa altura não havia sequer cartas anónimas nem denúncias dessa espécie. Continua a trabalhar com esta Autarquia como é lógico e com muitas outras no País e espero que não seja nem beneficiada nem prejudicada pelo cargo Político que eu exerço. Meus Senhores, espero de vocês todos a dignidade nos momentos de crise quando aparecem estes problemas.” -----

----- **Deputado Manuel de Almeida Campos – Lista do Progresso - PFJ de Espinhel:** -----

----- “Eu vinha aqui essencialmente apenas para falar sobre a Lista Independente de Espinhel, isso já pertence ao passado. A minha candidatura agora chama-se Lista do Progresso.”-----

----- **Deputado António Farias dos Santos – PSD – PFJ de Agadão:** -----

----- “Eu quero agradecer ao Senhor Presidente da Câmara e à sua equipa de Vereadores a forma como recebeu o seu colega de São Tomé e Príncipe. Tendo sido eu o autor da vinda desses Senhores cá a Portugal, sinto-me orgulhoso pela forma como foram recebidos e quero agradecer e espero que mesmo que não sejam de São Tomé e Príncipe, se forem de outras ex-colónias que façam o mesmo, porque como o Senhor Vice-Presidente Jorge Almeida teve oportunidade de ver eles a chorarem de satisfação por terem sido tão bem recebidos, quando nós assinámos toda a documentação na sede da Junta de Agadão. Muito obrigada de minha parte e se alguma coisa precisarem nesse sentido estou ao vosso dispor. -----

----- Agora, o que é de lamentar é que os órgãos de comunicação social por vezes destroem as coisas, parece que falam aquilo que lhe convém. Se eu estiver errado peço-vos desculpa. Mas era bom que para casos destes e outros que vão surgir que estivessem atentos naquilo que publicam.” -----

----- **Deputado Wilson José de Oliveira Dias Gaio - PJF de Barrô – PSD:** -----

----- “Apesar de continuar triste e sentido hoje não venho aqui reclamar das obras que gostava

que fossem feitas nem de outras situações que não vão acontecendo e que nós gostaríamos que fossem mais céleres e que fossem executadas na nossa Freguesia. -----

----- Venho preocupado e como penso que toda a gente leu um documento que fiz chegar ao Senhor Presidente da Câmara e que pedi à Dona Olga que distribuisse por todos, venho reiterar o nosso pedido referente ao projecto e ao futuro pólo educativo em Barrô. Senhor Presidente sabe que o Agrupamento de Aguada de Cima que controla a zona Escolar em Barrô já lhe fez chegar essas informações. Penso que só não muda de posição quem não está bem esclarecido e como penso que mais estes elementos o farão mudar de ideia vou apenas ler este último parágrafo: “Senhor Presidente, reveja a situação das duas salas da pré primária e mande reforçar a estrutura do edifício para a eventualidade de ser necessária a construção de um segundo andar. Barrô agradece o esforço” e eu também.” -----

----- **Deputado António Manuel de Almeida Tondela (PSD):** -----

----- “Queria só reforçar três perguntas que trazia aqui para fazer na área da educação e vai de encontro com aquilo que o meu colega Engenheiro Hilário já o fez. Primeiro, saber quais são as diligências que têm sido feitas pela Câmara conjuntamente com os Agrupamentos para as Escolas que estão em vias de encerrar e que alternativas existem para estes alunos no espaço no próximo ano lectivo. Sabemos agora que o Ministério da Educação delega nas Autarquias para decidir esse fecho. Depois, saber qual é a situação do pólo educativo da Trofa, Macinhata, Barrô e Borralha, que me parecem pertinentes e continuo a achar que são estes os sítios onde se devia avançar. Também reforçar a pergunta que o Engenheiro Hilário fez: Qual é a posição da Câmara Municipal em relação aos mega agrupamentos? Se o Senhor Presidente da Câmara comunga desta filosofia centralista do Estado Central em transformar um Agrupamento só para ter uma ideia se houver dois mega agrupamentos em Águeda, um das Escolas Secundárias vai reger os Jardins de Infância da Escola Marques Castilho até Fermentelos, para não dizer até Agadão? Eu não sou muito a favor destas situações de mega agrupamentos e de situações de alguém lá de cima da pirâmide a comandar todas estas situações. -----

----- Eu sou uma pessoa que gosta de dar a cara e também sou contra essa situação de panfletos anónimos; eu gosto de perguntar directamente como aqui já o fiz. Há uns tempos esta Câmara organizou um concurso público para nove lugares para auxiliares de acção educativa para os Jardins de Infância. É uma pergunta concreta sem dar azos a coisas que vêm de fora. É

verdade ou não que a Câmara já contactou mais pessoas dessa lista para virem ocupar futuras vagas? Se o fez, porquê?” -----

----- **Deputado Carlos Alberto Ferreira da Silva – CDS/PP - PFJ de Trofa:** -----

----- “Eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente sobre a Rua do Passadouro da Mourisca, que tem saneamento e que falta lá uma bomba que custa quarenta mil euros e acho que a Câmara não tem quarenta mil euros. Senhor Presidente, se eu se tivesse quarenta mil euros metia lá a bomba, mas como não tenho, espero que brevemente coloquem lá a bomba porque as fossas estão a deitar para a rua, o que é muito feio. -----

----- Sobre o Bairro da Severa é precisamente igual e é tão fácil fazer aquele discernimento, que eu já levei lá o Senhor Presidente para ver que são cerca de quinhentos metros e aquilo é fácil de fazer, mas até hoje zero. -----

----- Rua Doutor Luís Saraiva, que é uma vergonha nós alargarmos aquela rua e estar conforme está, porque quando é para fazerem obras em sítios particulares fazem, que nem na minha Freguesia tenho conhecimento. Agradecia que quando fizessem uma obra na minha Freguesia que me comunicassem. Eu não estou contra essa obra, mas gostava que fizesse as outras públicas. Isso é que eu gostava. -----

----- Sobre o meu pedido das passeadeiras para a minha Freguesia também zero e de um momento para o outro aparece-me lá uma passeadeira sem eu ter conhecimento nenhum numa curva, que é só por estará porta de um Senhor, que isso é muito feio também. Eu não gosto disso. Eu peço máquinas para a minha Freguesia, acontece que andam meio dia a trabalhar, logo que eu vou almoçar, a seguir ao almoço desaparecem as máquinas. -----

----- Agora tenho uma obra para fazer na Rua da Liberdade que estou à espera, deram terreno para fazer estacionamento; a dona que estava em França está cá para fazer; fui falar com os vizinhos para me darem o terreno ao lado para se fazer o estacionamento e o Senhor Vereador foi lá com o Senhor Engenheiro Arsénio e até hoje nada feito; a Senhora vai embora e depois vão-se arrepender. -----

----- Sobre o Pólo Educativo eu tenho que dar um louvor ao Senhor Vereador João Clemente, porque ele foi comigo negociar os terrenos e correu bem, graças ao Senhor Vereador. -----

----- Eu não sou político, gosto de trabalhar para a minha Freguesia e isto com a política é uma vergonha. Acho que todos nós que estamos aqui dentro desta sala devemos trabalhar para o

bem das nossas Freguesias e para bem do Concelho e não devemos andar aqui a discutir; quase que chamam nomes uns aos outros, isto é vergonhoso.” -----

----- **Deputado António Manuel Fernandes Martins (CDS):** -----

----- “Eu não tinha intenção de intervir mas o tema aqui tratado obriga-me a intervir. O assunto tratado é, de facto, o panfleto que circulou e continua a circular e que me merece em primeiro lugar a seguinte consideração. É baixo e é degradante que alguém queira fazer política ou queira acusar alguém chamando à liça situações da vida pessoal. Não acho que tenha classificação quem entende que o Senhor Presidente não tem entendimento com a esposa, com o divórcio e com as tias, isso são problemas do foro íntimo e é vergonhoso e digo publicamente que era bom que fosse encontrasse a pessoa que escreveu tal panfleto e que fosse chamada à pedra, não pelo resto todo que acusa mas fundamentalmente por isto, porque nem ao Senhor Presidente da Câmara nem a ninguém devem-lhe ser atribuídas exposições públicas de vida pessoal. A política não justifica isso, em qualquer circunstância. No dia em que alguém que tiver que chegar a esta baixeza, se estiver na vida política, eu digo-lhe para se demitir e ir embora porque faz muito mal fundamentalmente à sociedade. -----

----- Segunda situação, é verdade que tivemos uma reunião no dia dezasseis com o Senhor Presidente da Câmara e que o questionámos sobre algumas das coisas que estão naquele papel, fundamentalmente aquelas que dizem respeito à Autarquia e algumas acusações que lá estão feitas, porque estando acusações publicamente feitas temos obrigação de questionar e de investigar. O Senhor Presidente deu-nos algumas respostas que nós aceitámos como verdadeiras. No entanto, não deixámos de inquirir, investigar e perguntar noutras fontes para confirmar, em nome de um Partido, se efectivamente as acusações têm ou não fundamento. Algumas sabemos que não têm; muitos dos dados que lá estão são públicos, estão nos sites, estão na transparência e estão noutros lados e sobre algumas dessas situações também questionámos; outros que não estão lá, reservámos o direito de investigar e de perguntar até ao dia em que claramente nós próprios não tenhamos dúvidas nenhuma rigorosamente sobre nada. -----

----- Relativamente aos pagamentos indevidos, Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Engenheiro Hilário Santos recebeu, penso eu, mesma documentação que nós recebemos e recebeu menos duas folhas e para além das duas folhas recebeu menos o resto, o resto que nós

pedimos através da Assembleia Municipal que não nos foi entregue, Senhor Presidente peço imensa desculpa mas o Senhor não actuou sobre a Câmara porque passado este tempo nós não temos documentos, não temos resposta, não temos justificação. O Senhor Presidente disse-me a mim pessoalmente que a Senhora Advogada da Câmara o tinha aconselhado a não entregar a documentação, mas a Senhora Advogada não manda na Câmara, quem manda na Câmara é o Senhor Presidente da Câmara, porque se a Senhora Advogada mandar mais que o Senhor Presidente então alguma coisa está mal, porque a Senhora advogada assume a Presidência da Câmara e o Senhor Presidente vai para advogado ou vai embora ou então alguma inversão de papéis está aqui mal feita. O Senhor Presidente é que tem que dizer se dá ou se não dá. -----

----- Peço de novo ao Senhor Presidente da Assembleia que desenvolva os esforços que entender por convenientes para que nos sejam dados os documentos e as justificações que pedimos. Entendemos que em nome da transparência, da verdade e da investigação que não deve ser feita à noite de porta à porta, mas às claras mediante os meios que estão disponíveis, eu acho que seria interessante que o Senhor Presidente da Câmara disponibilizasse os dados que pedimos. Estão em causa declarações pessoais de determinadas pessoas, e as quais se poderão opor a que elas sejam fornecidas. O Senhor Presidente faça o favor, peça às pessoas, cujas declarações estão em causa e nós pedimos, se se opõem que tenhamos acesso àquilo que elas disseram na investigação que foi feita. -----

----- Acho que seria extremamente positivo para esta Assembleia que aquilo que nos for dado a nós seja dado aos outros Grupos Municipais e reservamos o direito, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, decorrido um tempo entendido como razoável reservamos o direitos de nós, CDS-PP, percorrermos os caminhos que forem necessários para procurar a verdade e evitar que sejam feitas injustiças indevidas sobre situações provavelmente provocadas ou não. --

----- Portanto, em nome da política e em nome da transparência e de uma forma saudável que acho que esta Assembleia deve de ter ao abordar os assuntos mesmo mais delicados, acho bom que nos entendêssemos sobre esta matéria e que todos tivéssemos acesso àquilo que não é segredo para ninguém.” -----

----- **Deputado Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PS – PFJ de Águeda:** -----

----- “Queria dar os parabéns à Junta de Freguesia de Águeda; à Junta de Freguesia de Belazaima; à Junta de Freguesia de Barrô; à Junta de Freguesia de Macinhata, de espinhel; do

Préstimo e de Recardães, entre outras, porque nos últimos tempos com dificuldades económicas que temos, mesmo assim conseguimos ter capacidade para movimentar as gentes das nossas terras; as Associações das nossas terras, sem dinheiro, pondo toda agente a conviver. Fizemos uma feira do livro em parceria com a Câmara Municipal, que orgulha o Concelho; assim como a descida do rio. -----

----- Assim como foi falado no torneio de andebol da Casa do Povo de Valongo do Vouga, também é importante dizer aqui neste local que as Juntas de Freguesias pequeninas sem dinheiro e sem nada também colaboram naquilo que têm e que é pouco para o sucesso deste eventos e o Engenheiro Hilário também devia ter vindo cá defender as Juntas, mas se ninguém defende as Juntas de Freguesia defendo-as eu.-----

----- Eu vi aqui o Engenheiro Hilário hoje, um homem empolgado de voz grossa que me fez lembrar os tempos em que eu era da oposição. Mudam-se os tempos mudam-se as vontades; mudam-se os tempos mudam-se as circunstâncias. Senhor Presidente da Câmara, é inadmissível demorar dois meses para dar a papelada ao Senhor Engenheiro Hilário, eu estou estarecido com esse tempo todo. É que no tempo que eu vinha para aqui “berrar”, esperava meio ano, um ano, dois anos e nada de entregarem os papéis. A Doutora Nair também foi Presidente da Câmara e lembrasse desses tempos. E virmos para aqui falar alto para termos razão e esquecermo-nos do passado, dá-nos pouca perspectiva de futuro; nós devemos nos lembrar do passado para podermos ter um presente e para podermos ser dignos de um futuro. --

----- O Senhor Presidente da Câmara com certeza que é um homem com um feitio especial, por isso é Presidente da Câmara. Tem grandes virtudes e grandes defeitos; mas há uma virtude que o Senhor Presidente da Câmara tem, é desde rapaz novo um homem sério e a tal carta é uma coisa triste, porque eu quando quero chamar nomes a alguém chamo com as letras todas e quando alguém quiser chamar nomes ao Senhor Presidente que chame com factos sérios. Do que eu ouvi daquele texto, é miserável demais, é triste demais haver gente na nossa terra que escreva tão mal, sem jeito e sem pés e cabeça. -----

----- Hilário, vamos discutir o centro da cidade, a regeneração urbana, a requalificação energética dos edifícios, coisas sérias para a nossa terra que tem tantas carências e problemas. É um facto que a ligação à Clínica do Doutor Álvaro já podia estar resolvida há muito tempo. Depois, as pessoas chegam aqui e vêm levantar problemas que podiam estar resolvidos há

anos; as pessoas que representam o poder que não as fez e vêm cá com a indignação toda que tu vieste clamar por aquilo que tu e os teus pais não fizeram? Hilário, tenho que vir cá sempre dizer-te isto?” -----

----- **Deputada Nair Barreto Carvalho Alves da Silva (PSD)**, completou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Eu venho só rebater pequenas afirmações do nosso amigo Seara, que diz que quando era da oposição vinha cá e fazia barulho porque fazia parte do ritual próprio da oposição. Mas eu garanto que de certeza não tem provas concretas, a não ser palavras vazias, de que nós demorávamos tanto tempo a entregar os documentos que eram solicitados quer à Câmara Municipal, quer à Assembleia Municipal. Portanto, os documentos eram sempre entregues dentro do prazo. Agora, palavras vazias, podemos dizer sempre as que entendemos; provas concretas de certeza que não têm.” -----

----- Decorridas as interpelações, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para responder aos intervenientes e prestar os devidos esclarecimentos, tendo concluído o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Eu começaria pelo Senhor Engenheiro Hilário Santos para lhe dizer que hoje lhe correu mal, porque vinha para fazer um daqueles seus números habituais e teve uma surpresa; nós agimos de outra forma; demos-lhe os documentos todos e o Senhor não soube manter a serenidade. Mas porque somos todos de Águeda e vamos ter aqui mais três anos e tal para nos entendermos, eu acho que o PSD poderia ter um posicionamento diferente, que era antes de ir para a praça pública procurar esclarecer, porque aquilo que o PSD tem feito sistematicamente neste mandato é tentar queimar o Presidente e o Executivo; não procura o esclarecimento; diz que sim mas procura-o neste areópago para que toda a gente possa saber e levantar todos os problemas e isso passou-se já concretamente a respeito da questão dos reposicionamentos, que era muito fácil de esclarecer se houvesse esse interesse e se os Senhores Membros do PSD tivessem solicitado esses esclarecimentos, mas não, querem o espectáculo público; querem falar Águeda por razões negativas. Mas cada um escolhe o seu caminho, a mim só me resta responder. -----

----- Quanto ao IGAL, mandámos e pedimos que fossem analisados os documentos; se mandei mais este ou menos aquele documento, se o Senhor Engenheiro acha que não mandei também

os pode mandar. O que foi decidido aqui foi dar conhecimento do facto e fi-lo e posso lhe dizer que também já tenho uma resposta e que não me agrada a resposta. O IGAL diz que está cá uma Inspectora, diz que é uma inspecção ordinária e que não está no âmbito da inspecção ordinária fazer essa averiguação. Chegou hoje esse officio. Aquilo que eu vou fazer, dentro dos próximos dias, é pedir ao Senhor Inspector do IGAL que faça uma inspecção extraordinária a este Município ou analise os documentos que lá tem e emita a sua opinião, porque eu não estou para fazer aquilo que acho correcto e daqui a meio ano ter aqui alguém a dizer que está tudo mal e agora há problemas. Eu não quero; eu quero fazer as coisas de acordo com a Lei e o IGAL diz na sua apresentação que exerce função pedagógica e eu quero que seja pedagógica, quero que nos diga como é que devemos actuar, porque isto na voz do PSD era muito fácil e também digo-vos que era fácil se não estivesse em causa pessoas que têm muito fracos rendimentos e eu estou a pensar naqueles que têm dificuldades e que são trabalhadores desta casa e que muitos deles, sem culpa nenhuma, confiaram na Instituição e gastaram o dinheiro. Sobre esta situação eu estou preocupado sobretudo com aqueles que têm vencimentos baixos. -----

----- Para reforçar as minhas palavras relativamente ao posicionamento do PSD e às questões que mandou às vinte e duas e cinquenta e nove de ontem e que estava à espera de não ter resposta, porque era o normal. Já agora, para pormos as coisas como deve ser, não mande directamente para mim, mande para o Senhor Presidente da Assembleia e o Senhor Presidente da Assembleia manda, porque não há aqui conivência nenhuma. O Senhor pediu-me a mim e eu entreguei-lhe; o Senhor Presidente da Assembleia não foi tido nem achado nos documentos que estão ai. Foram-lhe dados esses documentos, houve funcionários desta casa que até não foram almoçar para lhe dar todos esses elementos que estão ai e não tive tempo para os mandar digitalizar. O problema disto é que o Senhor vinha aqui, como faz normalmente, fazer que não tinha os papéis, tinha umas perguntas e fazia o seu número, mas eu dei-lhe cabo do número. ----

----- Quanto ao mini europeu, estamos totalmente de acordo, foi uma óptima organização, congratulamo-nos de estarmos associados a essa mesma organização e no futuro iremos estar. Obviamente que nós nunca apoiamos as organizações que se realizam no Concelho com tanto dinheiro como eles acham que merecem e até merecem, mas é dentro dos critérios que temos o apoio que podemos disponibilizar. -----

----- Quanto às obras que falou relativamente à Rua José Sucena, a Fernando Caldeira em

frente ao tribunal, já fez essa insinuação aqui na apresentação que fizemos na passada segunda-feira; é que estaríamos sempre todos os anos a fazer obras e nós fazemos obras programadas e conforme as necessidades e as verbas que temos. Aquilo que se passa é que nós tivemos necessidade de fazer uma obra naquele sítio e sabíamos que íamos ter dinheiro para a regeneração. Então, nós não iríamos fazer uma obra que não iria ser comparticipada; fizemos uma primeira parte e agora iremos fazer a segunda, porque vamos buscar participação para a fazer. Isto chama-se programação. O Senhor Engenheiro até nem devia falar aqui destas coisas, porque eu já lhe falei que é preciso ter coerência nisto e o Senhor lembresse de um Executivo do PSD que começou a fazer um pavilhão e lembresse que o Executivo seguinte deixou-o cair. Aqui não há disso; há continuidade de trabalho. Nós sabemos por onde é que vamos; não podemos fazer tudo mas temos as coisas programadas; depende dos dinheiros que temos, porque nós queremos ter as contas equilibradas. -----

----- Quanto à sinalização e aos transportes, é uma situação que me preocupa mas que irá ser resolvido; estou convicto disso quando fizermos as obras de regeneração; as alterações do tráfego e novas formas de mobilidade na cidade, porque estas coisas têm de ter coerência; estamos a tentar montar essa coerência para o futuro. Quanto às obras na Praça do Município é uma possibilidade desde que haja dinheiro. -----

----- Quanto a Águeda – Aveiro, aquilo que me disse o Senhor Secretário de Estado é que estava a tentar “salvar” a concessão. Eu vou amanhã a Lisboa e vou tentar ser recebido de novo pelo Senhor Secretário de Estado porque há aí algumas evoluções que gostaria de falar com ele, mas não tenho a certeza ainda se posso ser recebido por ele. -----

----- Quanto às Escolas encerradas, bem como os mega centros escolares e aqui posso falar também para o Professor Tondela, a posição da Câmara é que neste ano não feche qualquer Escola, porque a situação que temos é que não temos melhores condições nas Escolas de recepção do que aquelas que os alunos têm presentemente nas Escolas onde estão e mudar para condições piores é um ponto que nós não avançamos. -----

----- Sobre os mega centros escolares, não tenho uma posição definida sobre isto; ouvi falar, não tenho ainda qualquer estudo, não conheço o assunto em profundidade. Acho que há coisas que não podem acontecer, que é haver um professor com horário zero numa Escola e na Escola ao lado estarem a contratar outro Professor porque o Professor que está numa Escola a

duzentos metros não pode ir dar aulas a outra Escola, isto não pode acontecer. Não conheço o modelo; não tenho uma posição firmada, mas irei analisar este assunto. -----

----- O Professor Tondela falou nos Pólos Educativos da Trofa e como o Senhor Presidente da Junta já disse que reuniu com os Senhores Vereadores, os assuntos estão razoavelmente encaminhados. Mas sobre o Pólo da Trofa nós tínhamos uma situação litigiosa onde pensávamos fazê-lo; pedimos uma avaliação oficial para o terreno que colocava esse terreno num valor de quinhentos e noventa mil euros. Nós entendemos que era um valor demasiado alto para o terreno e tomámos opção de fazer no mesmo sítio onde está e comprar mais terrenos e foi aí que foi solicitada a colaboração do Senhor Presidente da Junta e já estão negociados os terrenos para esse Pólo Educativo. Quanto a Barrô o projecto está a andar e Borralha está na fase final, penso que está para ser lançado o concurso. -----

----- Quanto a Barrô e respondendo ao Winson Gaio, acedemos a algumas sugestões que foram feitas e alargámos alguns espaços. A respeito das salas nós não temos qualquer cobertura por parte do Ministério da Educação para suportar esse aumento de despesas. Assim, nesse sentido, lembremos que neste momento há situações que nos permitem dar respostas e nós temos centenas alunos no Concelho em mono blocos climatizados, que são melhores que muitas salas, nós não estamos num tempo de fazer despesas supérfluas e se houver necessidade de termos mais salas, há soluções neste momento que respondem com qualidade a essas necessidades. -----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Farias, aquilo que nós fizemos foi o que a Câmara entende que deve fazer com quem nos visita e posso dizer que tanto com SãoTomé como com Bissau vamos ver as áreas onde podemos colaborar com esses dois povos. -----

----- Respondendo ao Professor Tondela quanto aos auxiliares de acção educativa, o concurso foi feito para nove lugares, não entrou mais nenhum neste momento, mas os concursos são válidos por dois anos e isso não quer dizer que não possamos ir àquele concurso e os imediatamente a seguir possam entrar. No entanto, neste momento só entraram nove. -----

----- Quanto ao Doutor Martins, os únicos documentos que não entregámos e aceito a sua sugestão e vamos fazê-lo, foram única e exclusivamente as declarações das pessoas que foram ouvidas. Obviamente que quem manda na Câmara não é a Senhora Jurista, mas eu como não sou jurista tenho de ouvir aquilo que me dizem e se me dizem que eu não devo porque há

consequências e que não deve ser feito, eu não faço. Agora, se houver disponibilidade por parte das pessoas para as declarações que fizeram serem do conhecimento público, eu não vejo problemas e vamos perguntar às pessoas envolvidas se não se opõem a dar conhecimento dessas mesmas declarações.-----

----- Quanto à intervenção do Presidente da Junta da Trofa sobre a questão do saneamento, sei que tudo que se refere a saneamento é com a AdRA e não é uma bomba que falta; é uma estação elevatória. Neste momento, quem vai fazer tudo que é água e saneamento no Concelho de Águeda é a empresa Águas da Região de Aveiro, não é a Câmara que vai fazer mis obras de água ou saneamento no Concelho. Neste momento, não estou em condições de lhe dar mais respostas.” -----

----- Seguidamente, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** concedeu a palavra aos Senhores Deputados, os quais fizeram as intervenções, que a seguir se transcrevem na íntegra:

----- **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos (PSD):** -----

----- “Senhor Presidente não me chegou a responder se me vai enviar os documentos em formato digital, porque foi esse que foi o nosso pedido na minha intervenção. Quero lhe dizer que no pedido que fiz que em nenhum momento lhe falei em prazos, porque nunca falei em prazos nos pedidos que fiz; obviamente falasse de prazos razoáveis. -----

----- Em relação ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, insisto nisto, no dia vinte e quatro de Março foi aprovada uma proposta nesta Assembleia Municipal. Do nosso ponto de vista, caberia ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal dar cumprimento imediato a essa proposta, que era juntar a acta desta Assembleia, ainda que em minuta, juntar a proposta aprovada, juntar os inquéritos que o Senhor Presidente da Câmara na altura disse que estavam na sua posse e que os leu aqui e enviar para o Inspector Geral do IGAL. Se o Senhor Presidente da Assembleia não dá seguimento às propostas que nós aprovamos aqui, então nós não estamos aqui a fazer rigorosamente nada ou talvez estejamos a dar palavra e a dar posse às pessoas.”-----

----- **Deputado Wilson José de Oliveira Dias Gaio - PJF de Barrô – PSD:** -----

----- “Senhor Presidente da Câmara, leu este documento e com certeza as partes que vou passar a citar. A Universidade Católica fez um estudo de sustentabilidade do Município que foi apresentado aqui numa das passadas Assembleias e onde se frisava, referente a algumas

Freguesias na qual a de Barrô se inclui, crescimentos populacionais significativos. De 2005 a 2009 a Freguesia de Barrô registou um aumento de mais de 20% dos eleitores. -----

----- Também com certeza que leu a parte em que lhe digo que as Escolas eram a grande aposta deste Executivo e se elas são a grande aposta e não têm cabimentação da parte dos cofres Estatais, ou seja de uma parte dos nossos impostos porque a outra fica por aqui, eu acho que tem que abrir os cordões à bolsa e fazer os investimentos, porque esta coisa dos módulos a solução tem que ser de raiz. Estamos a falar de um edifício que é importantíssimo, como já foi referido pelos técnicos, nomeadamente o Professor José Vidal e o Professor Tondela. Estamos a falar da base da educação das crianças, que serão o futuro. Quem sabe se por Barrô não passará um aluno que será Presidente da Câmara dentro de alguns anos? Esta situação dos módulos, desculpem-me a expressão mas eu acho que isto é remendar ou remediar. -----

----- Senhor Presidente, tome em consideração estes elementos; com certeza que sabe que eles são reais. Quero agradecer à Senhora Vereadora o trabalho que tem feito de acompanhamento. Conhece a realidade da nossa Freguesia, das nossas Associações, da nossa Escola e da nossa Pré, peço-lhe mais uma vez que tenha isto em atenção; peço-lhe que estude este processo porque sei que é viável e que o vai fazer.” -----

----- Para responder às interpelações, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que completou a intervenção que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Senhor Engenheiro Hilário Santos quantos aos documentos em formato digital se mos deixar ficar, mandarei digitalizar. Queria também esclarecer que informei a Senhora Inspectora quando ela chegou e nessa altura foi verbalmente, mas entregámos-lhe o processo e ela depois informou-nos que deveríamos remeter para Lisboa e que eles remeteriam para ela; foi assim que foi feito. Agora, chegou a resposta do IGAL a dizer que não. Eu acho que nós estamos aqui a perder muito tempo; se o Senhor acha que tem mais elementos que deve acrescentar o Senhor deve dizer que o Grupo Municipal do PSD entende que estes documentos devem ser anexos e eu mando-os todos. Eu tratei do assunto da forma que entendia mais correcta e diligente, porque não me interessa rigorosamente nada ter este assunto pendurado; eu quero isto resolvido o mais rapidamente possível. Eu dou por encerrado este assunto e aquilo que eu disse é que vou solicitar uma inspecção extraordinária para dois assuntos, não é só este. -----

----- Quanto à Escola, todos os dados da Escola foram contabilizados; nós temos os números actuais. Os únicos números que nos faltam chegar e que por aquilo que nos dizem são preocupantes em termos de Concelho, têm como referência o número de nascimentos de 2009. Todos os estudos que foram apresentados nós temos esses dados e é com esses que estamos a trabalhar. Nós não estamos em condições de criar capacidade excedentária, porque o Ministério da Educação diz-nos que não participam. Nós temos uma situação em Águeda em que fizemos uma Escola de acordo com a Carta Educativa, aprovada poucos meses antes e que o Ministério da Educação já queria que não fosse aquele projecto, porque os números a seguir já não batiam com aquilo. Mas nós, neste momento, estamos a trabalhar com o máximo rigor e em parceria com o Ministério da Educação.” -----

----- **Deputada Nair Barreto Carvalho Alves da Silva (PSD)**, completou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Senhor Presidente, aquando da elaboração do Regimento, eu chamei a atenção que o Regimento não continha as competências da Assembleia. Portanto, quando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia põe em dúvida se lhe compete ou não, nós temos que completar o Regimento com a Lei geral. Na Lei geral diz que é competência da Assembleia Municipal, solicitar e receber informações através da Mesa sobre assuntos de interesse para a Autarquia e sobre a execução de deliberações anteriores, o que pode ser requerido por qualquer Membro em qualquer momento. Nas competências do Senhor Presidente da Assembleia diz precisamente o seguinte: Assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações. -----

----- Eu acho que não se consegue exigir de uma pessoa aquilo que não é humanamente possível; aquilo que se exige à nossa secretária da Assembleia é humanamente impossível. Eu considero que nestas alturas se devia pedir um reforço para a elaboração de actas, porque com certeza que não é possível fazer todo o trabalho sozinha que é exigido por uma Assembleia Municipal tão complexa como é a nossa, pelo que acho que se devia pedir um reforço em determinados momentos.” -----

----- De imediato, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, usou da palavra, tendo concluído o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “O interesse da Mesa desta Assembleia Municipal é de exercer da melhor maneira todas as competências que lhe são destinadas e dar seguimento a todos os assuntos e não houve

nenhum assunto que tenha sido posto a esta Mesa que não tenha sido tramitado para conseguirmos dar uma resposta o mais célere possível a todas as questões. Vamos tentar continuar fazê-lo e vamos fazer os possíveis que as coisas corram de acordo com a vossa vontade, não sei se teremos a capacidade para o fazer, mas vontade temos.” -----

----- **ACTA EM MINUTA** -----

----- De seguida, e não havendo lugar a qualquer outra intervenção, foi solicitado pelo **Presidente da Câmara Municipal**, que seja elaborada uma **Acta em Minuta** e aprovada no final da Sessão. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- Seguidamente, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, deu início ao **Período da Ordem do Dia**, no âmbito do qual se passou à análise dos assuntos agendados para esta Sessão: -----

----- **4.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA** acerca da actividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto nos artigos n.ºs 53.º n.º 1, alínea e) e 68.º n.º 4, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra aos Senhores **Deputados Municipais**, os quais fizeram as intervenções, que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- **Deputado António Manuel de Almeida Tondela (PSD):** -----

----- “O Senhor Presidente da Câmara reuniu com a EDP - Energias de Portugal, eu gostaria de saber se nessa reunião foram abordadas as situações dos cortes sucessivos que têm acontecido no fornecimento de energia por parte da EDP, que afectam em particular a zona de Valongo do Vouga e toda a zona norte do Concelho, que apesar de terem vindo a diminuir, mas estamos num tempo em que não há chuvas e pelo aquilo que sei com o aumento das chuvas esses problemas vão-se agravar. Gostaria de saber se esses sucessivos cortes de energia foram abordados e quais as expectativas que a EDP tem para resolver isto. Nós continuamos inclusivamente a sermos confrontados na Cooperativa Eléctrica de Valongo pelos nossos sócios e clientes em como nós não prestamos um bom serviço, quando prestamos na íntegra tudo

aquilo que está regulamentado e somos daí prejudicados num serviço que temos que prestar de qualidade. -----

----- Depois, ao longo deste tempo os serviços municipais da água e saneamento passaram para outras estâncias, queria dizer-lhe que em Valongo do Vouga por situações de pressão que fazem flutuar o entrar em funcionamento do motor eléctrico de bombeamento, a parte do disjuntor queimou e ao fim de duas horas e meia foi preciso vir de Aveiro dois funcionários para fazer a reparação daquele disjuntor. Metade de Arrancada esteve impedida de ter águas para a população e se me permite fazer uma sugestão, fazemos um acordo com a Casa do Povo de Valongo do Vouga que podia supervisionar estas situações para não ter que vir de Aveiro dois técnicos para resolver apenas a situação de um disjuntor. Nós queremos evoluir em qualidade; quando se passa estes serviços para tão longe é de acordo, pois cada vez temos mais problemas para resolver.” -----

----- **Deputada Nair Barreto Carvalho Alves da Silva (PSD):** -----

----- “Sobre as informações do Senhor Presidente eu gostava de saber qual foi o resultado da reunião do Senhor Presidente com os empresários e comerciantes da Avenida Doutor Eugénio Ribeiro, porque me pareceram bastante apreensivos depois dessa reunião. Fui contactada por alguns desses comerciantes que se mostram inconformados com a resistência do Senhor Presidente em ouvir algumas das suas preocupações.” -----

----- **Deputado José Manuel Gomes de Oliveira (PSD):** -----

----- “Nas informações do Senhor Presidente não vi nada sobre a abertura dos espaços dos arranjos exteriores à Biblioteca. Vi lá uma placa a dizer que a obra era de quarenta e oito dias e desde a última Assembleia que falei sobre isto e que o Senhor Presidente da Câmara ficou de me esclarecer qual era o material que ia lá aplicar, já passaram os quarenta e oito dias. Hoje gostava que me esclarecesse qual é o material e qual é a data de conclusão, quando o Senhor Presidente disse aqui que tem uma programação exacta. Mas que programação é esta? A obra era de quarenta e oito dias e este prazo já passou desde a última Assembleia, portanto a programação não é nenhuma. -----

----- O que nós estivemos aqui a discutir no período antes da ordem do dia foram trapalhadas que o Senhor Presidente arranjou, andamos aqui nestas discussões e entretanto passa-se o tempo e nada se faz. -----

----- Muitas pessoas me dão a conhecer que devido a este andamento de quase de cinco anos de não se fazer nada no Concelho pensam em mudar a sede das empresas para Oliveira do Bairro e para Anadia; já ouvi isto de várias pessoas. Portanto, esteja atento Senhor Presidente, o Senhor tem a obrigação de desenvolver o Concelho; apresenta aqui muitos projectos mas não realiza rigorosamente nada. É isto que eu lamento e espero que na próxima Assembleia venha aqui dar os parabéns pela inauguração dos arranjos exteriores da Biblioteca ou da utilização desse espaço.” -----

----- **Deputada Carla Eliana da Costa Tavares (PS):** -----

----- “Eu só pedi para usar da palavra depois de ouvir o Engenheiro José Oliveira, porque na realidade este tipo de coisas não se pode ouvir e depois não dizer nada em contrário e quando ouço aqui dizer que no nosso Concelho não se faz nada, que quase que passaram cinco anos e nada aparece feito, desculpe mas o Senhor Engenheiro ou vai ao oftalmologista ou deve percorrer melhor as ruas do Concelho, porque certamente que não vemos as mesmas coisas, decididamente não devemos conversar com as mesmas pessoas, uma vez que só me têm dito que em Águeda nos últimos anos se tem feito muita coisa. Águeda é uma referência regional e em muitas situações é uma referência nacional. Nós temos ao longo de três, quatro anos, recebido nesta casa muitas Autarquias de todo o País que vêm ver como está a funcionar a Câmara e para não fugir ao habitual, como diz o Doutor António Martins, também vou falar do sucesso das iniciativas festivas durante o período do verão. Não me venham dizer que em Águeda não se faz nada e não me venham dizer que os empresários também ponderam sair de Águeda, porque isso não é verdade, bem pelo contrário, nós temos assistido a empresas que agora se querem instalar em Águeda, mas certamente por várias razões não devemos de andar a conversar com as mesmas pessoas.” -----

----- **Deputado Wilson José de Oliveira Dias Gaio - PJF de Barrô – PSD:** -----

----- “Gostei da apresentação das informações do Senhor Presidente, mas com tristeza vem lá uma incorrecção que eu quero começar por corrigir. Nas coisas que foram feitas e desenvolvidas nas visitas, os Senhores três Vereadores do Executivo em permanência, nomeadamente a Doutora Elsa, o João Clemente e o Enfermeiro Jorge Almeida estiveram presentes no nosso “Estás em Barrô Mexe-te” e por isso lhes quero agradecer e isso não está nas informações, assim como quero agradecer a presença de dois amigos Presidentes de Junta, o Pedro de

Recardães e o Heitor Garruço de Aguada de Cima, que nos brindaram com a sua presença. -----

----- Claro que eu estou a fazer este intróito para dizer que em vinte e um eventos durante um mês completo que se desenvolveu o programa “Estás em Barrô Mexe-te”, o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não nos brindaram com a sua presença, facto que nos deixa bastante tristes. -----

----- Com certeza para a semana vai haver um grande evento em Barrô, vamos ser visitados por um coro do Município de Velas nos Açores, convido-os a todos em nome da ABARCA a participarem nesse concerto e com certeza que vamos contar com o Senhor Presidente da Câmara que vai estar presente.” -----

----- **Deputado Manuel Almeida Farias (PS):** -----

----- “Eu vou intervir sobre a apreciação da informação escrita do Senhor Presidente, aliás é o ponto que está em aberto e penso que é simplesmente um segundo ponto encapotado de antes da ordem do dia. De facto, regimentalmente não está previsto que tenha que existir dentro do período da ordem do dia a apreciação e discussão das informações escritas. Eu queria alertar esta Assembleia, muito particularmente a Mesa, que é a responsável por organizar e ordenar a ordem de trabalho, de que precisamos de ser pragmáticos, precisamos de ser produtivos e nesta matéria não estamos a ser, porque de acordo com a legislação o Senhor Presidente da Câmara deverá entregar em cada Assembleia as informações escritas sobre o ponto da situação da Autarquia, mas se eu tivesse alguma questão eu tê-la-ia colocado no período de antes da ordem do dia e é assim que deve ser, porque a ordem do dia é para resolver os problemas de Águeda e não pode acontecer que uma Assembleia que começou às nove horas da noite e há-de chegar à meia-noite e nós ainda não começámos a discutir os problemas de Águeda.” -----

----- **Deputado António Manuel Fernandes Martins (CDS):** -----

----- “Eu li que há vários processos pendentes da Autarquia em termos judiciais em Tribunal, mas li curiosamente que só dois advogados é que constam da lista. É uma lista do Doutor Pontes Amaro e é uma lista do Pedro Sampaio Advogados. Não vejo nenhum processo que esteja nas mãos dos advogados da Câmara Municipal, o que para mim é estranho, porque se a Câmara tem advogados e lhes paga, eles têm obrigação de terem processos. Ou tudo corre muito bem porque o advogado é extremamente eficiente e os litígios da Câmara são todos diluídos antes de chegar à barra do Tribunal ou então também deveriam ser acrescentados aqui

nesta listagem, a não ser que não haja nenhum. A pergunta que eu faço é se os advogados não têm processos? -----

----- A segunda questão que me chamou a atenção por um dos processos que está lá pendente e que eu desconhecendo me sugeriu a pergunta. O Senhor Presidente nos últimos tempos tem feito a experiência na aplicação de leds em termos de iluminação pública na cidade. Foi feito algum concurso para aplicação dos leds ou foi adjudicação própria por alguma razão especial e alguém terá contestado, porque me parecia que havia lá uma empresa a contestar. Não conhecendo o processo, pergunto-lhe para ver se me esclarece sobre essa matéria. -----

----- Uma outra questão tem a ver com a regeneração urbana da cidade. Eu estive aqui esta semana, não por ter sido convidado mas porque alguém me alertou de que existia uma sessão pública e eu vim ver. Estive atento a algumas das coisas que aqui se faziam e suscitou-se algumas dúvidas e da apresentação que foi feita e para além de algumas considerações técnicas preliminares que foram feitas por um dos intervenientes que apresentou, eu vi aqui também uma intervenção sobre três ou quatro edifícios na cidade. A pergunta que lhe quero fazer é a seguinte: Este tipo de intervenções e porque o último Senhor que falou disse que em Outubro ia ser apresentado à Câmara um caderno de encargos relativamente ou ao estudo ou à intervenção. Este tipo de intervenções é financiado? Tem algum critério de intervenção? É um estudo que quer conduzir alguma coisa ou é factual e o que vi aqui vai mesmo passar ao terreno? Eu gostaria que me explicasse porque depois, oportunamente, gostaria de tecer algumas considerações sobre isto, aqui, ou pessoalmente ou em reuniões. -----

----- Uma outra questão que também lhe queria perguntar, é que me dissesse à data presente, estamos a trinta de Junho, passou meio ano de actividade, qual é o rácio de execução do Plano de Actividades que foi aqui apresentado pela Câmara Municipal. -----

----- Uma outra questão e sei o que me vai responder, mas só lhe diria que relativamente ao PDM é lamentável que devendo ele ter sido apresentado aqui há três anos, passados três anos pelas mais diversas razões, algumas das quais não são de aceitar porque os organismos públicos têm timings para fazer accionar as coisas e quando não as cumprem entre os diversos organismos devem haver queixas nas actividades respectivas para que alguém cumpra para aquilo que está a ser pago. Deste facto, não lhe pergunto nada, apresento-lhe um lamento e digo-lhe só que passados três anos é lamentável que não tenha havido a força suficiente de

fazer mexer isto. -----

----- Só um pequeno comentário relativamente à colega Carla que vai às festas todas e está sempre pronta a defender e a publicitar as festas. Só que as festas têm preços e têm custos; um dia haveremos de fazer contas sobre estes custos e sobre estas projecções todas, porque uma coisa é o plano teórico e é o divertimento, outra coisa é quem paga a factura. Sempre se disse que quem paga a factura escolhe a música, vamos ver é se no final vamos todos, que não escolhemos a música, ter que pagar a factura. Já agora, aproveito para perguntar ao Senhor Presidente se já tem as contas da festa do leitão, porque a Câmara Municipal enterrou bastante dinheiro em algumas empresas de promoção de espectáculos e não é admissível que estejamos à espera oito meses para apresentar contas de uma festa que já foi em Setembro do ano passado e portanto gostaria que o Senhor nesta Assembleia ou pela maneira que entender, diga qual foi o resultado financeiro da festa do leitão.” -----

----- **Deputado Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PS – PFJ de Águeda:** -----

----- “Tivemos recentemente três eventos que em muito dignificaram a cidade, tendo em linha de conta a evolução que os mesmos tiveram, em especial a feira rural, atraiu um grande número de pessoas, quer no nosso Concelho, quer dos outros Concelhos, que contrariamente àquilo que se pensa, Águeda é um Concelho que sendo industrial tem uma característica que após a revolução industrial de Águeda a estrutura agrária continuou a ser cultivada, porque os nossos concidadãos para além de trabalharem nas fábricas continuam a manter a agricultura de subsistência. -----

----- Depois a feira da segurança com o alto patrocínio do Senhor Presidente da República, penso que também foi importante em termos de ensinamento do trânsito e em termos educacionais. -----

----- Quanto à feira medieval foi um sucesso que trouxe milhares de pessoas, foi uma feira interessantíssima e quero dar os meus parabéns a todas as entidades que organizaram e à Câmara Municipal que acarinhou muito bem. Independentemente do sítio onde é feito, são realizações que eu penso que são entendidas por todos como de todos. Isto é uma coisa interessantíssima, conseguimos ter uma feira medieval no coração da cidade e ela ser de toda a gente menos da cidade, ser do Concelho e este é um Concelho que o Senhor Presidente tem exemplarmente feito e tem que ser realçado. -----

----- Houve um outro evento que passou de certa maneira despercebido, que foi o desporto

escolar no Concelho de Águeda, Oliveira do Bairro e Albergaria e que foi um grande evento onde tive honra de ter estado e mais uma vez o nome de Águeda foi muito além da nossa às vezes pequenez e saltou para aquilo que é importante que é para a grandeza da nossa terra. Nós somos realmente um grande Concelho, uma grande terra, de grandes gentes e isso está a sentir-se cada vez mais. -----

----- Nas informações do Senhor Presidente eu acho que foi muito lacónico a falar destas situações que eu acho que são importantes e estas sim começam a ser imagens de marca de Águeda e que nós devemos publicitá-las, independentemente do Senhor Presidente ser do meu Partido ou não.” -----

----- **Deputada Joana Cristina Correia dos Santos – PSD:** -----

----- “Eu também gosto muito de festas e acho que é importante nós começarmos a perceber quanto custa as festas. Há pouco falou-se do estudo da natalidade para Águeda, que é muito baixo o número de nascimentos, é uma realidade da Europa e é uma realidade de Portugal, mas é preciso lutar contra isso e para isso é preciso fixar os jovens e os jovens não se fixam só por festas. É preciso criar boas condições de deslocação das pessoas, é preciso criar o saneamento e volto a falar na situação de Valongo que foi vergonhosa. É preciso ter em atenção os custos dos serviços, posso dizer que houve uma rua em Valongo que esteve cerca de oito dias a verter água lateralmente. Temos que ter em atenção os impostos, as taxas que são aplicadas. -----

----- O nosso Concelho continua a envelhecer e uma nota que eu vou dar é que nós temos vindo aqui para as Assembleias e temos visto constantemente projectos e nada tem sido feito. -----

----- Disto tudo eu gostava de saber quais os projectos que vão ser feitos, o que é que está realmente avançar, porque nós temos as pistas de ciclismo que gora vão voltar a ter que ser pintadas e pouco ou nada se tem feito. O que é que é para fazer? É basicamente a minha pergunta. “-----

----- Decorridas as intervenções, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, para responder aos intervenientes e prestar os devidos esclarecimentos, conforme se tenta transcrever na íntegra: ---

----- “Eu acho que em relação ao que vai ser feito, convido-vos para uma outra Assembleia, não vamos falar nisso agora, porque estaríamos aqui muito tempo, mas tem aqui algumas perguntas que eu iria tentar responder. -----

----- Começava por responder ao Professor Tondela, quanto à EDP já foi uma situação que foi falada várias vezes com eles mas eu gostaria que sempre que houvesse um corte que mandassem um e-mail para a Câmara, todas as entidades do Concelho, porque assim nós ficamos com uma base de dados para dizer à EDP. Se nós tivermos esses elementos nós conseguimos ter mais pressão junto da EDP. O objectivo da reunião com a EDP foi para ver se avançamos rapidamente para que a iluminação a leds possa ser introduzida em geral e no Concelho em particular. Foi dentro desse âmbito que tivemos a reunião com a EDP e com assessores do Senhor Secretário de Estado. -----

----- Quanto à AdRA é natural que haja algum disfuncionamento neste momento. Podem ter vindo os técnicos de Aveiro e aquilo que disse é uma boa sugestão que farei chegar à AdRA, porque eles aparecem aí com carros de todos os lados, mas algumas vezes estão ali em cima, podem ter demorado, não tenho conhecimento da situação, só estou a dizer que é uma situação que ainda não está resolvida. -----

----- Quanto à intervenção da Doutora Nair, empresários e comerciante da Avenida Eugénio Ribeiro deslocaram-se aqui a uma reunião de Câmara e penso que foram devidamente esclarecidos. Quando há mudança há receios, a situação que nós temos é que nas intervenções que vão ser feitas nas ruas há a manutenção do mesmo número de lugares de estacionamento. O parque de estacionamento onde está neste momento a P3 são criados mais cento e noventa e cinco e inclusivamente há hipótese mesmo na Avenida Eugénio Ribeiro de se verificar se estas situações não resolver introduzir mais estacionamento. Agora, há uma coisa, não é para os Senhores donos dos estabelecimentos estacionarem à porta, porque se estacionam à porta não dá para aquele que vai às compras ir lá. Fui apresentado aqui apresentado na passada segunda-feira, um raio de quinhentos metros, no caso concreto de Águeda, temos aqui estacionamento gratuito para muitos milhares de automóveis. Não há cidade nenhuma que tenha estacionamento para todos ao pé da porta de casa. -----

----- Quanto à intervenção do Engenheiro José Oliveira o material é terraway. Às vezes não me dão as informações todas e eu dei-lhe uma informação que era aquilo que eu sabia no momento. Quando eu comecei a pressionar os Serviços porque é que não avançava, então disseram-me o arquitecto quer uma empresa e o empreiteiro não aceita essa empresa, porque a material onde o arquitecto quer ir busca os materiais são muito mais caro onde o empreiteiro quer ir buscar, que

era uma empresa de um ex-funcionário donde o arquitecto queria que se fosse lá buscar. Tivemos que o pressionar e foi-lhe dada uma data, o material penso que está escolhido, pelo menos prometeram-me que esta semana está. A terraway precisa de duas semanas de bom tempo para ficar em condições. Era esta informação que eu tinha na altura, agora tenho que complementar porque havia esta divergência. -----

----- Quanto às trapalhadas que referiu, eu as minhas descubro-as bem, o meu problema são as trapalhadas que me arranjam, essas é que são complicadas. Quanto às empresas, tenho tido algumas surpresas agradáveis de várias empresas que nos solicitam pelo apoio que a Câmara dá a sua implementação e manutenção no Concelho. Posso dizer também e isso pode ser englobado nas obras, temos pedidos de empresas de Águeda que querem ir para o Casarão, estamos já elaborar contratos promessa para podermos começar a fazer contratos de promessa do Parque Empresarial, porque temos empresas, além do LIDL para se estabelecerem lá. -----

----- Depois, a Carla falou aqui nas festas. Eu também costumo ouvir o Senhor Presidente da República e com certeza que vocês já ouviram falar nas indústrias criativas que são das apostas que há, pelo menos dito por ele e eu comungo essa opinião com ele, que é uma das formas de desenvolvimento e das apostas de futuro e aqui enquadram-se as festas, enquadra-se desenvolver o potencial criativo de uma terra, porque nós temos que chamar cá os jovens, os idosos e toda a população, dando-lhe condições para não irem para porto lado e isto tem custos directos à Autarquia. Agora, nós temos de saber o que é eu queremos fazer, se queremos encerrar, não fazemos nada e por outro lado queixamos que não há pessoas em Águeda, vai tudo para fora, mas quando nós investimos para trazemos as pessoas para Águeda, dizem que não há dinheiro. Gastamos dinheiro efectivamente com essas coisas. -----

----- Quanto ao Wilson Gaio, pelo menos a Senhora Vereadora, está aqui nas informações diz que esteve presente no “Estás em Barrô Mexe-te”.-----

----- Quanto ao Doutor Martins, tem razão sobre os processos, são processos administrativos e há um conjunto de processos penso que com a Lusitânia Gás que são resolvidos internamente. Agora, os juristas que estão na Câmara é para fazer contratos, porque sempre que se faz uma aquisição tem que se fazer um contrato. As juristas que estão na Câmara representam o Município, quando são processos administrativos vão representar a Câmara, pelo menos com a Lusitânia Gás temos muitos porque há ai uns contenciosos porque eles não querem pagar as

taxas e isso anda para aí a decorrer nos Tribunais. Pelo menos esses processos todos são feitos internamente, depois obviamente têm o acompanhamento dos processos que são entregues a advogados. -----

----- Quanto à informação que está dos leds foi um concurso público e concorreram duas empresas, uma foi a Schröder e a outra a Efcer. O júri disse que ganhava a Efcer, a Schröder protestou e o júri deu-lhe razão naquilo que protestou mas não razão para que fosse admitida, porque ela tinha sido excluída e o júri entendeu que ela devia ser mantida excluída mas tinha razão naquilo que referiu relativamente à outra empresa, em que alguns procedimentos não tinham sido devidamente feitos. Anulámos o concurso só que a Schröder decidiu continuar a ir a Tribunal mas por nós o concurso está findo e fechado da nossa parte. Neste momento, nós não temos qualquer concurso para colocar mais leds na cidade. Posso-lhe dizer que tenho amanhã uma reunião no gabinete do Secretário de Estado com a EDP e outras Associações do País, no sentido de verificarmos como é que se vai fazer a introdução dos leds na EDP. A ideia é fazermos um projecto grande em Águeda de iluminação pública a leds; é esse o nosso objectivo.

----- Quanto à regeneração, sobre o facto de não ter sido convidado, eu não sei se os outros membros da Assembleia também não foram convidados, peço desculpa porque deveriam ter sido convidados. Sobre a situação que foi aqui apresentada na segunda feira para regeneração, está-se a fazer um caderno de encargos daquilo que é uma sugestão que deve haver e que os prédios que forem objecto de regeneração devem obedecer a ter melhores condições, não é uma imposição, é algumas condições para além daquelas que são obrigadas por lei. O que é que se pretende com isto? Em termos comunitários está-se a preparar que haja financiamento aos privados para fazer regeneração urbana. As construções são as grandes consumidoras de energia neste momento e então se nós queremos poupar, então vamos investir na recuperação como deve ser dos edifícios para ter menores consumos energéticos. Portanto, nós estamos a antecipar esta acção no sentido de criar condições para as pessoas que queiram já tenham ali um conjunto de regras que pode valorizar a sua acção. -----

----- Quanto ao rácio de execução do plano de actividades não tenho aqui. Quanto ao PDM eu gostaria que já estivesse, mas nós temos ainda mais uma complicação que o PROT ainda não está aprovado e tudo aquilo que nós não tenhamos de acordo com o PROT volta para trás, mas as indicações que eu dei à equipa do planeamento foi para da nossa parte fecharmos o PDM e

aquilo que me disserem foi que vamos ver se até ao final de Julho mandamos com todas as novas alterações que nos obrigam a fazer, para ver se em Setembro temos a reunião final. É isso que eu espero. -----

----- Sobre as contas da festa do leitão, tive uma reunião na semana passada onde estivemos a discutir as contas e ficaram de me enviar um relatório das contas e o dinheiro que a Câmara teria que receber para aquela iniciativa. Já foi dito que as regras este ano de participação são diferentes e para o próximo ano iremos falar. -----

----- Agradeço ao Paulo as referências que fez aos acontecimentos e penso que à Joana já respondi com excepção do saneamento, o saneamento está na AdRA, que irá desenvolver o seu plano de actividades. Infelizmente que não é só o Concelho que está a envelhecer, Portugal inteiro está a envelhecer e a Europa está a envelhecer, com excepção dos Países Nórdicos com têm taxas de natalidade bastantes superiores. Quanto aos projectos que vão ser feitos eu vou deixar isto para uma outra Assembleia Municipal.” -----

----- **4.2 – Discussão e Votação da Adesão do Município à Associação da Rota da Bairrada**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 2, do artigo .53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Não havendo lugar a qualquer intervenção neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa, colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por maioria, com um voto contra do PSD, deliberou aprovar a proposta de Adesão do Município da Rota da Bairrada. -----

----- **4.3 – Discussão e Votação da Alteração do Regulamento do Programa Águeda Solidária**; nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artigo .53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Para uma primeira intervenção, o **Deputado António Manuel Fernandes Martins – CDS**, usou da palavra, concluindo o que se tenta transcrever na íntegra: -----

-----“Sobre esta matéria e posso estar a correr o risco de ser injusto. Daquilo que me foi enviado eu não tenho as alterações que foram aqui introduzidas, já abri tudo o que lá tinha e não tenho nem do Águeda solidária, nem tenho da gestão do parque habitacional, nem tenho de mais coisa

nenhuma, tenho só das alterações que foi em Executivo aprovado ou não e rigorosamente não tenho mais nada porque nem lá se menciona o que é que se pretendeu alterar e fazer. Portanto em consciência eu não posso votar isto. Pode ser uma missão minha, peço muita desculpa se o é, mas como não tenho elementos eu não votarei isto.” -----

----- De imediato, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda** usou da palavra para prestar os devidos esclarecimentos, conforme se tenta transcreve na íntegra: -----

----- “Doutor Martins aquilo que houve foi um acrescento de duas alíneas que estão sublinhadas, no artigo 6º a alínea e) e o artigo 2º. Foram acrescentados dois artigos.”-----

----- Não havendo lugar a mais intervenções neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa, colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por maioria, com um voto contra do PSD, deliberou aprovar a proposta de Alteração do Regulamento do Programa Águeda Solidária. -----

----- **4.4 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda do Regulamento de Gestão do Parque Habitacional**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artigo nº 53, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra aos Senhores **Deputados Municipais**, os quais fizeram as intervenções, que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- **Deputada Nair Barreto de Carvalho Alves da Silva – PSD:** -----

----- “A Câmara Municipal aprovou o Regulamento Municipal de Gestão do Parque Habitacional da Câmara Municipal de Águeda, que é submetido a esta Assembleia. Por uma leitura rápida e pela experiência pessoal na gestão deste pelouro, parece-me que algumas medidas propostas mereciam melhor ponderação e mais rigor. Começando logo pelo próprio tipo de regulamento. Julgo que, salvo melhor opinião, o nome seria Regulamento Municipal para Gestão do Parque Habitacional de Arrendamento Social Propriedade do Município de Águeda. O Parque Habitacional pertence ao Município e não à Câmara Municipal, que é apenas um Órgão do Município de Águeda. No preâmbulo do Regulamento consta que ele tem por objectivo instituir as regras a que estão sujeitas as relações contratuais entre a Autarquia e os seus parceiros sociais da área da educação. Já no artigo 2º do Regulamento se diz que este tem por objectivo

estabelecer as regras de ocupação das habitações sociais, propriedade da Câmara Municipal de Águeda. -----

----- Na nota justificativa do Regulamento afirma-se que não foi feita consulta a quaisquer entidades representativas dos interesses afectados dado que ainda não foi publicada a Legislação a que alude o número um, do artigo décimo sétimo do Código do Procedimento Administrativo. Esta falta de audiências dos interessados, embora não sendo causa de invalidade do regulamento, por via formal ou material de que o regulamento padeça, sempre se justificaria que a Câmara Municipal por sua iniciativa se sujeitasse a esta formalidade em nome do princípio da audiência, dando a possibilidade aos moradores de exercerem de forma inequívoca os seus direitos de cidadania como consta do preâmbulo do Regulamento. -----

----- Do caminho da modernização jurídica administrativa da Câmara designo nuclear tão anunciado por este Executivo, também faz parte a audiência ou consulta pública. Num Regulamento desta natureza também não ficaria mal que constassem as normas do concurso para atribuição do direito à propriedade ou ao arrendamento de fogos destinados a pessoas economicamente carenciadas de habitações sociais. O Regulamento só regula a ocupação e não o acesso à habitação. Este, como todos os Regulamentos Municipais, visa criar regras claras, objectivas e concretas de forma a que os cidadãos que se relacionam com a Autarquia num domínio tão importante como acesso e gestão do Parque Habitacional do Município tenham conhecimento atempado dos parâmetros que rodeiam as decisões do Executivo nesta matéria. Os Regulamentos, que são Leis do Poder Local, não podem oferecer margens discricionárias ao Executivo para decidir como melhor entender, o que provoca iniquidades, tratamento desigual em circunstâncias semelhantes e uma incerteza aos cidadãos quanto ao sentido das decisões que suscitam à Autarquia prejudicando-se seriamente a confiança, boa fé, a imparcialidade que uma Instituição Pública se deve revestir. -----

----- Julgo que o Regulamento não tem erros graves mas pode discutir-se a bondade de muitas normas e o seu grau de imprecisão. Neste aspecto apenas algumas normas: O artigo 10º - A utilização dos fogos Camarários implica o pagamento de uma renda fixada de acordo com os critérios em vigor. As rendas serão actualizadas anualmente pela aplicação do coeficiente e actualização dos contratos de arrendamento em regime de renda condicionada. No preâmbulo do Regulamento é citado o Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de Maio, que trata do regime de

arrendamento apoiado e não de renda condicionada. Os valores das rendas apoiadas é calculado nos termos do artigo 4º do citado Decreto-Lei. O nº 4 do mesmo artigo 10º dispõe que passado o prazo estabelecido para pagamento da renda aplicar-se-á uma multa no valor de 50% do valor da mesma, que poderá ser indultada pelo Presidente da Câmara ou Vereador com competência delegada. Parece-me que o poder de indulto consagrado constitucionalmente no artigo centésimo trigésimo quarto da Constituição da República Portuguesa não pertence ao Presidente da Câmara ou ao Vereador, mas só ao Presidente da República, melhor seria que de acordo com o artigo mil e quarenta e um do Código Civil dizer que constituindo-se o locatário em mora, a Câmara Municipal tem direito de exigir além das rendas em atraso uma indemnização igual ou de 50% de que for devido salvo se o contrato for resolvido com base na falta de pagamento. -----

----- Não queria tomar mais tempo a esta Assembleia. Julgo que quem leu com alguma atenção o Regulamento terá encontrado soluções justas e adequadas, mas também algumas geradoras de litígios e conflitos, nomeadamente a que pretende proibir ao arrendatário que tenha no seu domicílio um gato ou um cão. Proibir simplesmente de possuir um animal doméstico acho um exagero.”-----

----- **Deputada Carla Eliana da Costa Tavares – PS:** -----

----- “Era só para esclarecer que o indulto não é exclusivo do Presidente da República; um acto de clemência do Poder Público em geral e não exclusivamente do Presidente da República. Pode consultar qualquer dicionário Doutora Nair. O indulto é um acto de clemência do Poder Público.” -----

----- **Deputada Nair Barreto de Carvalho Alves da Silva – PSD:** -----

----- O Organismos Públicos não se gerem por dicionários, mas por Leis devidamente publicadas e que eu saiba a Lei só atribui ao Presidente da República a competência do indulto, não são os dicionários que guiam as Instituições Públicas. “-----

----- **Deputado José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:** -----

----- “Tem a ver com a questão da gestão do Parque Habitacional relativamente à Câmara Municipal. Ultimamente tenho visitado algumas instalações e edifícios que são da Autarquia, estão extremamente degradados, tem que haver um esforço da Autarquia de criar algumas condições básicas de arranjar e pintar, podendo a partir daí exigir que se mantenha assim. Tem

que haver um esforço e até um gasto de dinheiro da Autarquia do sistema das obras municipais, arranjar as habitações e depois exigir o cumprimento para que elas se mantenham e o cumprimento das normas que levaram à sua utilização. -----

----- Em relação à situação dos animais, estou com a Doutora Nair, quem tem animais tem algumas regras que terá que cumprir, agora proibição de ter não. “-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Câmara concedeu a palavra a **Elsa Margarida de Melo Corga – Vereadora – PS**, para prestar os devidos esclarecimentos conforme se tente transcrever na íntegra: -----

----- “As técnicas que elaborarem este documento, esta proposta que foi aprovada em reunião de Executivo porque efectivamente entendemos que é para melhorar as condições de vida e as questões de relacionamento entre as pessoas que vivem neste Parque Habitacional. Relativamente à questão de não fecharmos muito em termos de critérios, as condições de acesso à habitação é porque nós estamos aqui a falar em pessoas e nestes casos especiais é extremamente difícil definir tudo precisamente porque nós temos que analisar caso a caso as situações que nos são encaminhadas também por Instituições. Portanto, vamos fechar demasiado, nalgumas situações podemos ficar impedidos de actuar em situações que nós moralmente sabemos que devemos actuar e não queremos ficar impedidos de o fazer porque existe aqui um artigo ou um ponto que o possa impossibilitar. No fundo, aquilo que eu gostava de referir é que não estamos a alterar as regras, estamos apenas a colocar em regulamento e acho que isto é correcto fazê-lo porque as pessoas têm direito de saber em que condições é que esta gestão é feita.”-----

----- Usou de novo da palavra a **Deputada Nair Barreto de Carvalho Alves da Silva – PSD**, que concluiu o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Eu reconheço que não é fácil gerir esse problema das habitações sociais; eu estive metida no assunto e sei como é difícil, mas no nosso tempo o que eu posso dizer é que as pessoas tinham o seu animal em casa, obedecendo às licenças que são necessárias, às consultas do veterinário e as regras no sentido de não incomodar o vizinho. Essas regras assim devem ser tidas porque é difícil convencer uma pessoa que só tem como afecto um animal, dizer que não pode ir para uma habitação social por causa do animal. Acho que podia ser ponderada a situação desse artigo, de acordo com as Leis que propriamente existem, do número de animais

que se pode ter por habitação e sei dos conflitos com os vizinhos que depois se levantam, mas também acho que há um convite à violação da própria Lei se pusermos isso assim de uma forma tão proibitiva porque acho que diz que o documento deve ser aberto mas o que nós nos apercebemos é que há muito artigos proibitivos.” -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda** usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos, conforme se tenta transcrever na íntegra: -----

-----“À partida isto parece que não faz sentido mas nós temos de evitar de ter problemas e temos de restringir para não nos arrependermos depois. É que se depois está no regulamento como é que provamos que aquele animal afinal tem comportamentos inadequados e perturba a vizinhança. Eu analisando friamente acho que deveriam ter mas depois a aplicabilidade e os problemas que isto nos traz é que este regulamento resulta da vivência que houve. Nós temos de tentar diminuir ao máximo os potenciais focos de conflitualidades nestes bairros. Obviamente que se o animal está lá e não traz problemas nenhuns, ninguém chateia, agora quando isso não acontece, quando surgem problemas e está autorizado a ter lá um animal como é que depois se vai tirar aquele animal de lá para fora? Eu prefiro ter um regulamento muito mais apertado para podermos gerir com mais eficácia. Isto são situações complexas de bairros geralmente com problemas e estes problemas de animais de companhia existem em muitos lados. Por isso, acho que devemos ser restritivos nesta área. -----

----- Eu daria aqui uma abertura no sentido que é proibido mas a Câmara pode autorizar e a qualquer momento a Câmara pode também dizer que não. Fazíamos a alteração dessa alínea e era proibido mas podendo ser feito o requerimento à Câmara poderia decidir-se a introdução de um animal de companhia.”-----

----- Não havendo lugar a mais intervenções neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa, colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por maioria, com um voto contra e três abstenções do PSD, deliberou aprovar **da Proposta da Câmara Municipal de Águeda do Regulamento de Gestão do Parque Habitacional**. -----

----- **4.5 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda de Alteração do Empréstimo celebrado com o Banco B.P.I., S.A.,** nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea d), do nº 2, do artigo nº 53, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda**, usou da palavra para prestar os devidos esclarecimentos, concluindo o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Aquilo que está aqui em causa é o alargamento do período de utilização do dinheiro. Esteva previsto um ano, que acabava em Novembro deste ano e nós queremos alargá-lo até ao limite do período de carência que são três anos. Iremos ter que fazer aqui alterações, e elas virão cá posteriormente, na utilização deste dinheiro. Nós pensamos que temos boas condições neste empréstimo e iremos ver se o Tribunal de Contas concorda agora connosco nesta alteração para manter este empréstimo para que depois possa financiar as partes não participadas de algumas obras com os apoios comunitários que teremos que fazer.” -----

----- Não havendo lugar a mais intervenções neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa, colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por unanimidade, deliberou aprovar a **Proposta da Câmara Municipal de Águeda de Alteração do Empréstimo celebrado com o Banco B.P.I., S.A.** -----

----- **4.6 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda sobre a Concessão da Cantina Municipal**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea q), do nº 2, do artigo nº 53, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos (PSD)**, que fez a intervenção, que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Gostava de saber qual foi o custo que tivemos neste processo no ano passado; qual é o custo estimado que vamos ter neste contrato. Este é um contrato anual com uma possibilidade de ser prorrogado por mais dois anos, portanto isto é um contrato total de três anos. O que nós vimos aqui é uma previsão de setecentas e quinze refeições diárias a serem servidas, e dentro deste custo o ano passado e a previsão para o custo deste ano, saber se já inclui funcionários da Câmara ou não. Eu recordo-me quando nós concessionámos a cantina um dos pontos que nós aqui discutíamos era a questão do concessionário suportar os custos dos funcionários da Câmara, mas parece que não era possível, mas não interessa falar disso porque já pertence ao passado. -----

----- Na questão em concreto, há efectivamente um concurso, qual é mais ou menos a nossa

previsão? Se esta previsão inclui os custos dos funcionários ou não? Quantos funcionários são e qual é o custo por funcionários? E saber se efectivamente nestes casos nós temos uma subvenção do Estado para compartilhar refeições e qual é o valor que a gente recebe do ponto de vista global? Era importante sabermos estes dados para termos uma ideia sobre este processo. “ -----

----- De imediato, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Águeda** usou da palavra para prestar os devidos esclarecimentos, conforme se tenta transcreve na íntegra: -----

-----“Nós temos um contrato que ainda está válido, só que não está de acordo com o novo código de contratação pública. O contrato que foi feito anteriormente era por doze anos, ainda tinha muitos anos para andar, só que agora o código de contratação pública o máximo é de três anos. Aquilo que está aqui é de um ano renovável até três, que é sempre aquilo que fazemos; nunca fazemos um contrato a três anos, fazemos sempre só um renovável. O valor máximo deste contrato serão quatrocentos e noventa e cinco mil euros para os três anos. Os quatro funcionários que estão ao serviço da cantina são pagos pela Câmara em horário normal; se tiverem de fazer horas extraordinárias é da responsabilidade da empresa. Em termos de custos das refeições das Escolas custa por volta de um euro as refeições para as Escolas e estamos a fornecer por volta de setecentas refeições por dia neste momento e pensamos que será o número que se irá manter para os próximos anos. -----

Agora, há aqui algumas nuances, vamos ver como é que se desenvolvem as obras da Escola Fernando Caldeira e a dos outros Pólos, porque poderemos meter outra metodologia, deixar de ter até a cantina da Câmara a funcionar e ser feito nos Pólos, porque depois isto também tem aqui alguma logística, transportes destas setecentas refeições por dia para as Escolas, porque somos nós que transportamos ou Instituições. -----

----- Este contrato é só de fornecimento das refeições. Não tenho os dados da comparticipação que é dada pelo Ministério da Educação. Nós investimos na área da Educação e não temos dúvidas que as verbas que vêm do Ministério não são suficientes para cobrir todos os custos, mas nós entendemos que é um serviço que devemos prestar. “ -----

----- Não havendo lugar a mais intervenções neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa, colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por unanimidade, deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal de Águeda sobre a Concessão

da Cantina Municipal. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou ao **Período de Intervenção do Público**, informando que a Mesa, para o efeito, não tinha recebido qualquer inscrição para intervir. -----

----- Uma vez esgotados os Pontos da Ordem do Dia, a Secretária da Mesa procedeu à leitura da Minuta da Acta desta Sessão, que posta a votação, pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, foi aprovada, por unanimidade. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu, de imediato por encerrada, a Sessão Ordinária, não sem antes agradecer a presença de todos, da qual, para constatar, se lavrou a presente Acta, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na Sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: